



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**272ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 27 de agosto de 2020

Videoconferência

ATA DA 272ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 27 de agosto de 2020

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENÇAS

Representantes do Governo

SEPRT/ME – Bruno Bianco Leal

SPREV/ME – Naron Gutierre Nogueira

SPREV/ME – Rogério Nagamine Costanzi

INSS – Leonardo José Rolim Guimarães

INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro

SEPRT/ME – Benedito Adalberto Brunca

SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade

CASA CIVIL/PR – Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub

IPEA/ME – Luis Henrique da Silva de Paiva

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa

CSB – Bartolomeu Evangelista de França

COBAP – Obede Muniz Teodoro

SINDNAPI/FS – Milton Baptista de Souza Filho

Representações dos Trabalhadores em Atividade

FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho

UGT – Natal Léo

CUT – Ariovaldo de Camargo

CONTAG – Evandro José Morello

CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas

Representação dos Empregadores

CNI – Camila Jardim Aragão

CNF – Ênio Mathias Ferreira

CNC – Francisco Maia Farias

CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira

CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

CNT – Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio

Convidados

ABBC – Alex Sander Moreira Gonçalves

SPREV/SEPRT/ME – Geraldo Arruda

BANCO CENTRAL – Gustavo Martins dos Santos

SENACON/MJ – Leonardo Albuquerque Marques

FECOMÉRCIO – Eduardo Almeida

DATAPREV – Ubiramar Mendonça

SINDANEPS – Hamilton Walter Avelar Xavier

BANCO BMG – Marcio Alaor de Araújo

ASCOM SEPRT/ME – Talita Lorena

I – ABERTURA

Presidindo a mesa o Excelentíssimo Senhor Bruno Bianco Leal, na qualidade de Presidente substituto, abriu a 272ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, e anunciou a nomeação do Conselheiro Bernardo Borba de Andrade, representante da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Economia (SPE). Fazendo uso da palavra, o Sr. Bernardo Borba de Andrade agradeceu o convite e se colocou à disposição do Conselho para quaisquer contribuições. Em seguida o Sr. Presidente falou sobre as medidas que o governo vem executando no período de pandemia, com destaque para os benefícios previdenciários, como a antecipação do 13º e a criação do Auxílio Emergencial, além do benefício emergencial de emprego e a renda e antecipação do abono salarial. Destacou o compromisso do governo com a população brasileira, em especial, a mais carente. Registrou o recebimento de 87 manifestações requerendo o aumento do percentual da margem consignável, como medida para amenizar os impactos financeiros da pandemia, evitando o superendividamento de aposentados e pensionistas. Salientou sua total concordância com a medida, desde que seja estendida somente até o final do corrente ano.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e colocou em aprovação as Atas da 3ª Reunião Extraordinária e 271ª Reunião Ordinária do CNPS realizadas nos dias 17 e 30 de julho de 2020, respectivamente. As Atas foram aprovadas à unanimidade.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente socializou a pauta da reunião, sendo estabelecida: I – Abertura. II – Expediente – Aprovação das Atas da 3ª Reunião Extraordinária e 271ª Reunião Ordinária do CNPS. III – Ordem do dia: Apresentações: a) Crédito Consignado: debate sobre aumento da margem consignável em 5%; Palestrantes: Sr. Naron Gutierrez Nogueira, Secretário de Previdência (SPREV/SEPRT/ME); Sr. Leonardo Rolim, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Sr. Gustavo Martins, representante do Banco Central; Sr. Ênio Mathias Ferreira, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) no CNPS; Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves, Diretor de Crédito Consignado da Associação Brasileira de Bancos (ABBC); Sr. Leonardo Albuquerque Marques, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (SENACON/MJ); e, b) Decreto nº 10.410 de 30 de junho de 2020 – Altera o Regulamento da Previdência Social; Apresentação: Sr. Geraldo Arruda, representante da Secretaria de Previdência (SPREV/SEPRT/ME). IV – Informes. V – Outros Assuntos – Definição da pauta da 273ª Reunião

Ordinária do CNPS a ser realizada em 30.09.2020. VI – Encerramento. Após socialização da pauta, o Sr. Presidente franqueou a palavra ao Sr. José Leonardo Rolim Guimarães que reafirmou sua total confiança na decisão que será tomada pelos ilustres conselheiros, com base no raio-x já apresentado anteriormente pelo INSS. Em seguida, o Sr. Naron Gutierre Nogueira disse que o tema “margem consignável” foi bastante debatido, inclusive chegando a ser incluído na Medida Provisória nº 936, através de uma emenda. Contudo, ao chegar no Senado Federal, o tema foi retirado de pauta, mas destacou que o assunto continua sendo debatido na sociedade, no Parlamento, e enalteceu a oportunidade que o CNPS tem para se posicionar favoravelmente sobre a questão do empréstimo consignado. Em sequência, o Sr. Presidente consignou a palavra ao Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro que, iniciou sua apresentação dando destaque aos grandes números do consignado. Inicialmente, listou que o INSS tem em estoque número superior à 178 milhões de consignados em empréstimo pessoal, com valor equivalente a 692 bilhões de reais, e número superior a 20 milhões de consignado em cartão de crédito, com valor equivalente a 31 milhões de reais. Destacou que o pico dos contratos se deu entre os meses de dezembro e fevereiro e que, desde março, o número de contratos vem caindo. Quanto ao ranking das instituições com maior quantidade de contratos, citou o BMG Itaú, seguido pelo Bradesco e Banco Itaú, e chamou atenção para a crescente subida do Banco Panamericano. Comungou que, atualmente, 48% dos aposentados e 47% dos beneficiários de pensão por morte, possuem empréstimo. Concluiu salientando que, mesmo com a queda no número de contratos, o valor injetado não caiu no mesmo ritmo, provavelmente por conta da mudança da taxa de juros. Ato contínuo, o Sr. Natal Léo perguntou qual a faixa salarial que mais utiliza o empréstimo consignado. De pronto, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro respondeu que são os beneficiários que recebem na faixa de um salário mínimo, sendo que os beneficiários que recebem acima de um até quatro salários mínimos, são os responsáveis por aproximadamente 30% dos consignados. Dando sequência a pauta, o Sr. Presidente convidou o Sr. Gustavo Martins dos Santos para fazer uso da palavra. O representante do Banco Central iniciou sua apresentação mostrando que, com a crise, algumas linhas de crédito, como consignado e cartão de crédito, tiveram uma redução em seus ritmos de crescimento, e deu ênfase a desaceleração do consignado do INSS, onde o crescimento caiu de 10% para 7%. Destacou o aumento de 25% no volume de repactuação, o chamado “pula parcela”, principalmente na modalidade “imobiliário”. Enfatizou que, apesar da redução do ritmo, o consignado continua crescendo, tanto em concessões quanto o estoque, com um prazo médio de concessão em 80 meses, e que essa alteração se deu após a mudança do prazo médio para 84 meses. Mostrou preocupação ao pontuar que a inadimplência do consignado do INSS (operações com mais de 90

dias de atraso), estão numa crescente. Prosseguindo, pontuou que além do crédito do consignado, existem ainda mais 77 bilhões de reais disponíveis em outras modalidades, sendo que 10 bilhões de reais estão disponíveis na modalidade “cartão de crédito”. Elencou que dos 11 milhões de clientes que possuem consignado do INSS, 225 mil possuem apenas cartão INSS e pontuou que 75% dos clientes do consignado recebem até dois salários mínimos. Mostrou que o comprometimento da renda dos clientes do INSS está em torno de 30% a 35% quando incluso a modalidade “cartão”, evidenciando que este público está com sua renda bastante comprometida. Elencou que dois terços dos clientes, que possuem consignado INSS, possuem disposição em outras modalidades de créditos, geralmente com juros bem maiores, contribuindo assim para a elevação do ativo problemático (com inadimplência superior a 90 dias). Destacou ainda que o aumento da margem em 5% representará um aumento de 17% no potencial da carteira de crédito. Após a exposição, o Sr. Presidente, sugeriu uma pequena inversão de pauta para ouvir o Dr. Leonardo Albuquerque Marques, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Havendo concordância de todos, o Sr. Leonardo Albuquerque Marques iniciou sua fala cumprimentando a todos e destacou suas preocupações em relação ao endividamento. Explicou que existe uma pauta muito forte, dentro dos órgãos de proteção de defesa do consumidor, no sentido de buscar diminuir os índices de comprometimento das reservas financeiras de consumidores em geral, especialmente no que se refere aos consignados e indagou se a presente medida estaria alinhada com os aspectos do superendividamento. Todavia, enfatizou que isso não quer dizer que os órgãos estejam contra as medidas que visam amenizar os efeitos devastadores da pandemia. Na sequência, o Sr. Ênio Mathias Ferreira salientou que a questão é muito complexa, porque aumentar a margem para 35% pode contribuir para o aumento do endividamento, mas concordou que, caso a medida não seja aprovada, os beneficiários irão procurar outras linhas de créditos mais caras, complicando ainda mais sua situação financeira. Apresentou a proposta da CNF permitindo a elevação da margem durante o período da pandemia. Dando sequência ao tema o Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves informou que a ABBC fez uma pesquisa com 537 aposentados de todas as regiões país, com empréstimo consignado do INSS, e apresentou os seguintes dados: (i) 22% dos aposentados estão com as finanças organizadas, 30% com alguma dificuldade; e, 48% estão, de fato, endividados, sendo que, dos 48%, 10% não têm perspectiva de melhoras; (ii) muitos entrevistados alegam que estão passando pelo momento mais difícil da vida, mesmo assim, a maioria demonstra otimismo, acreditando que sairão da crise; (iii) muitos aposentados que tinha uma renda extra, perderam esse complemento por ocasião da pandemia, fator agravado pelo fato de muitos familiares terem perdidos seus empregos e recorrerem aos aposentados e pelo aumento

das despesas básicas como alimentação e higiene; (iv) muitos que ainda não têm empréstimo consignado, não descartam a possibilidade de adquirir o produto e pretendem encontrar um meio de reduzir as despesas que cresceram em média, 54%; e aqueles que já possuem consignado, estão no limite dos 30% da margem; (v) a maioria destaca positivamente o fato de poder contratar o empréstimo de maneira digital; (vi) perguntados como iriam utilizar o empréstimo consignado, 47% afirmaram que será utilizado para quitar dívidas mais caras e para pagar despesas não previstas no orçamento, outros 24% disseram que irão fazer pequenas reformas em casa, além de custear despesas médicas e medicamentos. Destacou que, entre abril de 2019 e abril de 2020, houve um aumento de 20%, no endividamento dos aposentados, sendo que no consignado, houve uma elevação de 11%. No mesmo período os empréstimos sem garantias aumentaram em 39%. Comparando o período de abril de 2020 a junho de 2020, notou-se um leve aumento no endividamento com uma redução de 260 reais nos empréstimos sem garantias, levando a conclusão que, as medidas recomendadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social e adotadas pelo governo, foram de extrema relevância para que os aposentados conseguissem fazer a repactuação dos seus empréstimos, permitindo a quitação de dívidas mais caras. Concluindo sua apresentação, salientou que o aumento de 5% na margem consignada poderá resultar numa injeção de R\$ 30 bilhões de reais em novos empréstimos até o final de 2020 e, enfatizou que a ABBC é favorável ao aumento da margem de 30 para 35% durante o período da pandemia. Em complemento, o Sr. Ênio Mathias Ferreira esclareceu que o aumento da margem não se estende a questão dos 5% do cartão. Com a palavra franqueada aos conselheiros, o Sr. Milton Baptista de Souza Filho indagou se esse aumento da margem iria interferir nas contribuições associativas. Em seguida, o Sr. Ariovaldo de Camargo falou que concorda com a medida proposta, porém, externou sua preocupação com o superendividamento dos aposentados e sugeriu que o INSS criasse mecanismos que orientasse os beneficiários a tomarem crédito mais barato, preservando o poder aquisitivo dessa faixa de aposentados que recebem até dois salários mínimos, e que representam 80% dos beneficiários. Ato contínuo, o Sr. presidente salientou que a medida é absolutamente temporária e esclareceu que a decisão sobre o tema é de competência exclusiva do Presidente da República. Com a palavra, o Sr. Benedito Adalberto Brunca ressaltou que o consignado foi criado há quase 15 anos e, por ocasião de sua criação, o público-alvo padrão não era o aposentado com um salário mínimo. Destacou a importância de flexibilização das regras, visto que muitos beneficiários não terão outra alternativa na busca de taxas mais acessíveis. Informou aos conselheiros que todas as demais regras contidas na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 serão efetivamente mantidas. Após esclarecimentos, os senhores Bartolomeu Evangelista de França e Obede Muniz Teodoro

concordaram com a proposta, desde que seja apenas no período da pandemia. Em seguida, o Sr. Evandro José Morello se mostrou a favor da proposta, mas externou preocupação com a questão do endividamento e falou do assédio que aposentados e pensionistas poderão sofrer por ocasião da medida, inclusive, aquelas pessoas que não precisam do consignado. De pronto, o Sr. Presidente esclareceu que não haverá nenhuma alteração com relação ao “Não me Perturbe”, nem a qualquer outra medida protetiva do tomador de empréstimo e afirmou categoricamente que, em um eventual entendimento do Conselho para a alteração da margem consignável, não implicará em mudanças nas regras de assédio nem em qualquer outra questão de autorregulação, evitando qualquer problema para os aposentados e pensionistas. Em seguida, o Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves sugeriu que a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e ABBC elaborassem uma forma de instruir melhor o público aposentado quanto aos serviços como o “Não me Perturbe”. Fechando o bloco de debates, o Sr. Leonardo José Guimarães Rolim destacou o excelente trabalho conjunto de autorregulação entre FEBRABAN e o INSS e afirmou que as normas têm sido cumpridas. Em sua intervenção, o Sr. Benedito Adalberto Brunca falou que o aposentado deve ser tratado com a devida credencial que merece, disse que esse é um processo contínuo de aprendizagem e concluiu afirmando que a melhor forma de obter as menores taxas é através do processo de portabilidade. Dando sequência aos debates, o Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas externou sua concordância com o aumento da margem e, também, demonstrou sua preocupação com o endividamento. Disse que é necessário que se encontre uma forma de educação financeira que ajude as pessoas a lidar com essa questão do endividamento, juntamente com as entidades, associações de aposentados. E fez um apelo para que a FEBRABAN se sensibilize e ofereça taxas menores para quem mais precisa neste momento de pandemia. Solicitando a palavra, o Sr. Naron Gutierre Nogueira socializou aos presentes que a Secretaria de Previdência está fazendo parte do Comitê da Estratégia Nacional de Educação Financeira e sugeriu que este tema seja levado ao debate no Comitê. Ato contínuo, o Sr. Natal Léo deixou claro que o CNPS está orientando no sentido de aprovar o aumento da margem, para que depois não haja cobranças ao Conselho quanto a não alteração do percentual. Encerrados os debates, o Sr. Benedito Adalberto Brunca colocou em votação a proposta de elevação em 5% da margem do consignado, passando então, de 30% para 35%, mantendo os 5% do cartão durante o período de pandemia, programado para se estender até o dia 31 de dezembro de 2020. O Conselho Nacional de Previdência Social à unanimidade aprovou a proposta. Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que irá oficiar a Secretaria de Previdência para que a mesma submeta ao conhecimento dos órgãos internos do Ministério da Economia, Banco Central, dentre outros, para que em curto espaço de tempo o tema possa ser apreciado pelo

Presidente da República. Agradeceu a todos pelo empenho e destacou a importância fundamental das decisões do Conselho na vida dos aposentados e pensionistas do Brasil. Sem demora, passado ao próximo item da pauta, convidou o Sr. Geraldo Arruda da Secretaria de Previdência para expor um panorama sobre o Decreto nº 10.410 de 30 de julho de 2020. De imediato, o Sr. Geraldo Arruda cumprimentou a todos e salientou que a apresentação tem por objetivo passar uma visão geral sobre as principais alterações promovidas no regulamento da Previdência Social, aprovadas pelo Decreto nº 10.410 de 30/07/2020. De início, explicou que quase todos os 380 artigos do regulamento da Previdência Social foram alterados pelo Decreto nº 10.410, esclareceu que a principal finalidade do decreto é permitir o fiel cumprimento das leis, e explicou que iria comentar apenas os pontos questionados pelos conselheiros na reunião anterior. Lembrou que o Decreto nº 10.410 veio para regulamentar diversas normas editadas nos últimos anos e que ainda não haviam sido incorporadas ao regulamento da Previdência Social, em especial as normas da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. Na sequência, passou a elencar os tópicos: *(i) muda-se a forma de contagem do que se considera tempo de contribuição; anteriormente, somente o contribuinte individual tinha a obrigação de verter contribuição sobre uma base de cálculo equivalente, no mínimo, ao salário mínimo mensal, os demais segurados poderiam verter contribuição sobre uma base de cálculo mensal menor que o salário mínimo e, ainda assim, esse período seria contado para fins de aquisição e manutenção da qualidade do segurado, para fins de contagem de tempo de serviço, para fins de carência, e assim sucessivamente; (ii) muda-se a contagem do tempo de contribuição; anteriormente, contava-se o tempo de data a data, a partir de agora, como exige-se uma contribuição mínima mensal, conta-se competência por competência independentemente do número de dias trabalhados no mês; (iii) muda-se a nomenclatura dos benefícios, sobretudo, em face da Emenda Constitucional nº 103, sem alteração nos critérios de acesso aos benefícios. O Auxílio-doença será denominado Auxílio por Incapacidade Temporária, e Aposentadoria por Invalidez passa a ser Aposentadoria por Incapacidade Permanente; (iv) as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, na forma que existiam antes, deixaram de existir, já a aposentadoria rural permanece com os mesmos critérios de acesso; (v) muda-se a forma de cálculo do valor dos benefícios, ou seja, renda mensal, passando a contar 100% (cem por cento) do período contributivo; (vi) deixou de existir o fator previdenciário para as aposentadorias programadas; (vii) foi mantida a fórmula de cálculo de aposentadoria por idade do trabalhador rural, exceto para o segurado especial em que o benefício equivale à um salário mínimo; (viii) na nova aposentadoria programada, a regra de cálculo estabelece um percentual de 60%, a partir dos 15 anos de contribuição (para mulher) e 20 anos de contribuição (homem), com o acréscimo de 2 pontos percentuais a cada ano que exceder*

os 15 ou 20 anos de contribuição; (ix) muda-se o cálculo da aposentadoria por invalidez, que passa a seguir a mesma regra de cálculo da aposentadoria programada (60% mais 2% para cada ano de contribuição), exceto para as hipóteses de acidente de trabalho em que ela corresponderá à 100%; (x) na aposentadoria especial, foram mantidos os requisitos e exigência e disposição à agentes nocivos, mudando-se o termo para “prejudicial à saúde”, e passou-se a exigir idade mínima para as aposentadorias, sendo: 55 anos com 15 de contribuição, 58 anos com 20 de contribuição e 60 anos com 25 de contribuição; (xi) os períodos trabalhados após a edição da Emenda Constitucional nº 103, não poderão ser convertidos de período especial em período comum; (xii) foram implementadas novas regras no Auxílio-maternidade como: a) regras sobre adoção; b) regras sobre o pagamento do salário-maternidade (no caso de morte do beneficiário, o período remanescente será pago ao cônjuge sobrevivente; c) o salário-maternidade da empregada intermitente será de total obrigação do INSS, limitando-se a um auxílio, independentemente do número de contratos intermitentes; (xiii) será pago cota única do Salário-família, unificando o valor mais alto; (xiv) será exigida carência de 24 meses para o pagamento do Auxílio-reclusão que não poderá ultrapassar um salário mínimo e será pago apenas para quem cumpre regime fechado; (xv) as empresas passam a ser obrigadas a guardar os documentos por um prazo de 5 (cinco) anos, em função do prazo decadencial; (xvi) inclusão de categorias como: motorista de aplicativos, artesão, repentista, empregado intermitente; (xvii) alteração nas alíquotas de contribuição dos segurados e empregados, empregada doméstica e o trabalhador avulso, principalmente, com relação a questão da progressividade; (xviii) os prazos de 12, 24 ou 36, relativos à manutenção da qualidade de segurado após a cessação do benefício por incapacidade, estão mantidos; (xix) a contribuição do empregador sobre o Salário-maternidade, continua sem alteração, aguardando decisão judicial de trânsito em julgado; (xx) as súmulas editadas pelo Presidente do INSS vinculam apenas o INSS; (xxi) os efeitos financeiros da decisão sobre o pagamento de um benefício, não serão retroativos à data inicial do pedido; (xxii) as disposições da Instrução Normativa INSS nº 77, ficarão restritas no âmbito do INSS. (xxiii) quanto aos questionamentos relacionados ao § 3º do artigo 176 do Regulamento da Previdência Social, explicou que o fundamento legal está no artigo 40 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999; (xxiv) a atividade preponderante será aquela pela qual o segurado tenha contribuído por mais tempo, antes da conversão, e servirá como parâmetro para definir o tempo mínimo necessário para a aposentadoria especial e para a conversão; (xxv) no artigo 188-E § 8º incisos I e II, houve a constatação de erro de remissão nas datas e os mesmos serão corrigidos. Após a explanação o Sr. Geraldo Arruda encerrou sua exposição e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Ato contínuo, a Sra. Camila Jardim Aragão indagou se, na visão do Conselho, e

de acordo com a nova redação do Decreto nº 10.410, o uso correto do Equipamento de Proteção Individual (EPI) poderá eliminar e/ou neutralizar um agente nocivo, e perguntou se o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) será substituído por um novo documento. Prosseguindo, indagou se existe uma expectativa de atualização da IN nº 77 do INSS e se há algum estudo em andamento, visando adequar as contribuições adicionais das aposentadorias especiais. Sobre os laudos técnicos das condições do ambiente de trabalho (LTCAT), perguntou se serão encaminhados eletronicamente pelas empresas ao INSS ou se permanecerão de posse das empresas. Com a palavra, o Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho questionou se o período que o segurado estiver no auxílio-doença, será considerado como tempo de contribuição. Em seguida, o Sr. Ariovaldo de Camargo solicitou informações sobre o número de indeferimentos do auxílio por incapacidade temporária. Respondendo os questionamentos, o Sr. Geraldo Arruda falou que o EPI poderá, sim, neutralizar ou até eliminar a nocividade do agente em hipótese em que o benefício não seria concedido, exceto com relação ao agente físico “Ruído”, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e, em relação ao PPP eletrônico, salientou que não tem uma resposta no momento. Quanto a LTCAT, esclareceu que essas informações ficam sob guarda da empresa, sendo enviado apenas o laudo técnico e, com relação ao cômputo do período de auxílio-doença, afirmou que este tempo será computado para efeito de contribuição. Complementando as respostas, o Sr. Narlon Gutierrez Nogueira salientou que a questão do PPP eletrônico estará nos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) do e-Social e, quanto aos indeferimentos, explicou que, no momento, o INSS não está concedendo nenhum benefício novo, apenas fazendo a antecipação do pedido do auxílio-doença. De pronto, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro informou que o INSS está trabalhando na IN nº 77, que será separada em quatro módulos: benefícios, monitoramento de benefício, cadastro do segurado e pagamento.

IV – INFORMES

O Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro informou que no mês de agosto, o INSS iniciou a prova de vida por biometria facial com 500 mil beneficiários, começando por aqueles que estavam com a “fé de vida” vencida nos meses de fevereiro e março. Informou que pessoas que tem a biometria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou carteira de motorista, poderão fazer a biometria pelo Meu INSS ou no gov.br. Falou que o sistema tem apresentado resultados extremamente satisfatórios e lembrou que a reabertura das agências do INSS está marcada para o dia 14 de setembro.

V – OUTROS ASSUNTOS

A Sra. Camila Jardim Aragão sugeriu como tema de pauta para a próxima reunião, a dedução do repasse das contribuições à Previdência que trata o artigo 5º da Lei 13.982 de 2020, e registrou que a CNI sugere a prorrogação da redução desse repasse. O Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio comungou integralmente com a proposta apresentada. O Sr. Benedito Adalberto Brunca citou a solicitação feita anteriormente pelo Conselheiro Dionízio Martins de Macedo Filho, de uma apresentação sobre os estoques do CRPS;

VI – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta, nada mais havendo a tratar, o Conselheiro Benedito Adalberto Brunca deu por encerrada a 272ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.